Aprovamos aqui na Assembleia, mas ela foi vetada. Aí o garupa de moto atira em cinco indivíduos no boteco. E quem é o responsável? Penso que quem veta, quem impede um projeto desses, deveria pelo menos pedir desculpas à família, dizer: "eu vetei o projeto, mas quero pedir desculpas à família, acho que estou errado".

Mas às vezes as pessoas são insensíveis, não reconhecem. Acabam não pedindo desculpas. Nos Estados Unidos, quando um indivíduo invade, por exemplo, uma escola e metralha as pessoas, o presidente da República, o homem mais poderoso do Universo, vai lá e pede desculpas à família. Ele assume a responsabilidade. Aqui, não. Aqui estamos ao deus-dará.

Precisamos mudar os costumes. Fiz várias leis, e o conjunto é a tolerância zero, que sonho implantar na cidade de São Paulo e no Estado. Mas é muito difícil. De toda forma, casos como esse nos envergonham.

Fui assaltado na frente da minha casa, por um garupa de moto, há quatro meses. O autor da lei da moto sem garupa foi assaltado, em frente a sua casa. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimos Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, dignos telespectadores da TV Assembleia, senhoras e senhores, hoje, dia 26, o periódico "O Estado de S. Paulo" estampou a manchete de que os crimes, de modo geral, caem na cidade de São Paulo, mas, de outra mão, o número de homicídios aumentou.

Se é digno de comemoração o fato de que os crimes diminuíram, não percamos de vista que é passível de lástima que o número de homicídios tenha crescido. Pois, afinal de contas, não tiremos o foco do fato de que a vida é o patrimônio maior do cidadão, e, sem sombra de dúvida, o objetivo máximo e prioritário da Segurança Pública em nosso Estado.

Se, por um lado, esse número é realmente elevado e expressivo, não nos esqueçamos de que o índice de homicídios por habitante é o menor das capitais brasileiras, qual seja, conforme noticiado, 9,91 homicídios por 100 mil habitantes. É evidente que o elevado número de homicídios não pode ser objeto de comemoração, mas vejam: os números de São Paulo, Capital, são sempre, em qualquer matéria, muito expressivos - verificando-se o índice de homicídios por habitante como sendo baixo.

Temos uma grande sinalização de equalização de problemas e a diminuição dos crimes mostra que a Secretaria de Segurança Pública e as forças policiais têm feito sua lição. O preço de uma atividade policial mais intensa é, claramente, o número de embates entre meliantes e as forças policiais, tendo como resultante, sem sombra de dúvidas, um número maior de ocorrências desse naipe - inclusive, com mortes e ferimentos de ambos os lados. Note-se, cultos deputados e deputadas: de ambos os lados!

Infelizmente, a imprensa e alguns órgãos, por vezes, só noticiam metade do informe, levando a população a crer que somente indivíduos em conflito com a polícia vêm a falecer. É um ledo engano. O número dos valorosos policiais civis e militares que tombam na longa luta contra o crime é muito grande. É expressivo. É sentido pela sociedade e pelas famílias desses probos combatentes.

Não podemos fechar os olhos a essa realidade. É como uma equação clara: menos crimes, mais repressão policial; mais repressão policial, mais embates. É como uma consequência: mais óbitos de lado a lado. Somente uma polícia aparelhada, bem paga, satisfeita, pode fazer um trabalho de qualidade e fazer esses números - inclusive os de homicídios - diminuírem a cada dia.

Falo sobre esses paradigmas, porque motivação todo policial tem. Não se forma policial. Nasce-se policial. Pois, não se trata de profissão adquirida, mas de vocação de alma e sangue.

Como resultado dessa explanação, nobres deputados e deputadas, sempre estaremos nesta tribuna para clamarmos por melhores condições para esses vocacionados - inclusive, em relação aos pleitos salariais. Este salário é um dos mais baixos pagos no País. Queremos mais reconhecimento para a sua nobre função, sempre no sentido único e irrestrito de trazer à população paulista - já sofrida, pelos graves problemas que a aflige - o alento necessário para continuar a ser parte da sociedade locomotiva desta Nação.

Agradeço às excelentíssimas Sras. Deputadas e aos excelentíssimos Srs. Deputados o apoio a esta grande causa, que nos aflige a todos, independentemente de filiação partidária, de credo, crença ou profissão. Nas ruas é que estão os nossos filhos, parentes, amigos e todos que queremos bem. Desejamos que voltem para suas casas com segurança, sem percalços, com seus bens.

Essa cruzada não é só minha, mas de toda a sociedade e nós, como mandatários dessa nobre outorga, devemos honrá-la, propiciando esse valor do bem público, que é uma Segurança Pública digna, eficiente e profícua.

Gostaria de pedir minuto de silêncio em memória desse policial militar que foi tragicamente morto, o tenente PM Neurisvaldo Santos Pereira, que, por ser policial, foi morto, deixou família. Isso pode acontecer com qualquer um? Pode, mas nós, policiais, corremos mais riscos.

Peço que todos fiquem em pé, para cumprir minuto de silêncio.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Em atendimento ao pedido de V. Exa., permaneçam todos em posição para cumprir minuto de silêncio.

* * *

- Cumpre-se minuto de silêncio.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem V. Exa. ainda três minutos para concluir seu discurso.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Muito obrigado, Sra. Presidente. Era somente isso. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Por conveniência da ordem, esta Presidência suspende a sessão por um minuto.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 15 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 53 minutos, sob a Presidência da Sra. Analice Fernandes.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Clélia Gomes. (Pausa.) Por permuta de tempo com o nobre deputado Enio Tatto, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias e que nos acompanha pela TV Assembleia. Ontem, saiu no jornal "O Estado de S.Paulo", hoje, saiu no jornal "Folha de S.Paulo" e em outros sites de notícias uma pesquisa do IBGE acerca do deslocamento de pessoas entre cidades. Diariamente, pessoas deslocam-se de um município ao outro para estudar, trabalhar ou qualquer outro afazer.

Saiu um dado interessante, que o maior deslocamento entre duas cidades é entre Guarulhos e São Paulo. Nós, há tempos, desde 2011, quando este deputado assumiu seu primeiro mandato, vimos afirmando aqui nesta tribuna a necessidade da ligação metroferroviária da cidade de Guarulhos até a Capital. Estamos tratando das duas maiores cidades do estado de São Paulo, da Capital e do município de Guarulhos, que conta com um milhão e trezentas mil pessoas, fora o aeroporto, que é uma cidade à parte.

O aeroporto, diariamente, movimenta mais de 150 mil pessoas entre passageiros, funcionários e acompanhantes. São pessoas que passam pela Dutra, pela Ayrton Senna, que chegam pela Fernão Dias, ou seja, o deslocamento é ainda maior. O IBGE aponta um dado de 140 mil pessoas/dia que se locomovem de um município ao outro. Cento e dezoito mil vão de Guarulhos a São Paulo. Os outros 28 mil, vão de São Paulo a Guarulhos, isso sem contar as cidades vizinhas que também vão até o nosso município, sem contar também os moradores de Arujá, de Mogi, de Santa Isabel, de Itaquá, de todas as cidades da região que passam por Guarulhos e também vão até a Capital. Esse volume de deslocamento é ainda maior.

Por que trago esse debate aqui hoje? Para reafirmar a necessidade de termos o Metrô e o trem até a nossa cidade. Estamos com o governo do PSDB há mais de 20 anos governando o estado de São Paulo, e essa necessidade há tempos é reconhecida. O aeroporto de Guarulhos faz agora, em 2015, 30 anos de inauguração. Portanto, todos já sabem dessa necessidade há muito tempo. Queremos que o Metrô chegue o mais rápido possível, porque não temos mais tempo para esperar. Esses trabalhadores, esses estudantes, essas pessoas que se deslocam diariamente entre essas duas cidades ficam às vezes duas horas no trânsito.

Deputado Marcos Damásio, V. Exa. deve ir mais rápido de Mogi a Guarulhos do que de Guarulhos a São Paulo. Lembro-me do deputado Marco Aurélio, que dizia que ia mais rápido de Jacareí até São Paulo do que até a Alesp, quando chegava ao trecho de Guarulhos.

Portanto, Sr. Governador, é necessário que S. Exa., urgentemente, leve o Metrô até a nossa cidade. Não dá para adiar mais o início da obra; não dá para adiar mais o projeto executivo, a licitação e o início das obras para que, de fato, tenhamos a ligação de Guarulhos a São Paulo via Metrô, permitindo que o trabalhador acorde um pouco mais tarde, fique um pouco mais com sua família, faça uma atividade física, e na volta do trabalho vai ter mais tempo para o descanso, para uma atividade cultural, para estudar, enfim para fazer alguma coisa além. É injusto as pessoas perderem em torno de duas horas para ir e mais duas para voltar do trabalho. É muito tempo perdido sem produzir nada, sem qualquer acúmulo de conhecimento, sem qualquer prática de lazer.

Isso também vai ajudar as empresas e os empresários, que também não terão trabalhadores chegando a seu local de trabalho já com certo estresse e cansaço. Vai criar novos polos de desenvolvimento e comércio e sabemos que, por onde o trem e o metrô passam, induz atividades comerciais. Por isso reafirmamos aqui nossa luta pelo metrô até a cidade de Guarulhos.

Fizemos, além das manifestações nesta tribuna, das audiências na Comissão de Transportes, das audiências na Comissão de Infraestrutura que presidi nos dois anos anteriores, das reuniões com secretários na própria secretaria, indicações, desde 2011. Fizemos, também, desde 2013, um grande movimento na cidade. Melhor dizendo, participamos desse movimento, que era suprapartidário, das cidades, das entidades, dos vereadores, dos partidos políticos, dos movimentos sociais e sindicais, exigindo o metrô até o nosso município.

Nós fizemos uma agenda com o secretário Jurandir Fernandes, ex-secretário de Transportes, no ano de 2013. Ele disse para mim, para o prefeito Almeida, da cidade de Guarulhos, que sempre defendeu essa bandeira desde quando era deputado nesta Casa, para os vereadores lá presentes, para os representantes das entidades empresariais e sindicais, que o metrô iria até a divisa. Que o metrô iria até a Penha, ali na região do Tiquatira.

Aliás, na propaganda oficial do Governo do Estado de 2012, basta procurarmos, o governador disse que o metrô chegaria até a Tiquatira com pátio de manobra na região do Paulo Freire, da Ponte Grande, mas que não viria até o município de Guarulhos. Disse claramente para nós, textualmente, que só havia uma chance de o metrô chegar ao município de Guarulhos: se nós conseguíssemos recursos para a extensão da linha 2, que hoje faz Vila Prudente até a região da Pompeia, fazendo a extensão da Vila Prudente até o nosso município.

Fomos atrás daquilo que era responsabilidade do governo estadual, conversar com o governo federal de maneira republicana, para apresentar um projeto transparente. Fomos a presidente Dilma, através da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Fizemos a solicitação para que liberasse recursos para a linha 2 - verde chegar a nossa cidade. Conseguimos essa vitória. O governo federal, a presidente Dilma, se comprometeu a liberar quatro bilhões para que a linha 2 chegue até o município de Guarulhos.

Fomos comunicar à Secretaria Estadual de Transporte esperando que o Governo do Estado, no mínimo, assumisse o compromisso de executar o projeto para que o metrô chegasse ao centro da nossa cidade, onde, até hoje, desde 1966, há uma estação de trem antiga, na qual há um vagão de trem antigo, o famoso "trem das 11", que ia até o Jaçanã, cantado pelo Adoniram Barbosa. Ele ia até o município de Guarulhos, no centro da cidade. Está lá hoje para quem quiser ver a estação e o trem antigo.

Esperávamos que o Governo do Estado assumisse esse compromisso conosco, mas eis que vem a surpresa, ele assumiu de fato, depois da liberação dos quatro bilhões que conseguimos com o governo federal para que o metrô chegasse somente até a divisa, no Shopping Internacional. Tendo a estação na Ponte Grande e no Shopping Internacional, ao lado da Dutra.

Não podemos negar; será importante para a cidade. Porém, se tivermos mais três ou quilômetros, o metrô chega até o centro, na antiga estação. Isso é necessário.

O estudo do IBGE, publicado ontem e hoje nos principais jornais do País, confirma que o maior deslocamento urbano de pessoas no Brasil é entre os municípios de Guarulhos e São Paulo. Não dá para essas pessoas sofrerem diariamente no trânsito, ficando cansadas dentro de um ônibus. O ônibus já demora a chegar; quando chega, tem de ir apertadas.

Reafirmamos essa necessidade e esperamos que o Sr. Governador olhe com mais carinho, atenção e compromisso para a mobilidade urbana no estado de São Paulo, em especial na região metropolitana. Sr. Governador, olhe com atenção para o segundo município do estado de São Paulo, a cidade de Guarulhos, que possui o maior aeroporto do País, o qual completa 30 anos neste ano.

Essa é uma necessidade do município, não se trata de uma disputa política ou partidária. Trata-se de uma disputa política enquanto política pública para se investir em mobilidade urbana.

Sra. Presidente, muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, lendo o editorial da "Folha de S. Paulo" de hoje, com o título "Deseducação pela greve", pensei que estava lendo um comunicado oficial do governo estadual ou da Secretaria da Educação.

É um editorial que critica duramente a greve dos professores da rede estadual e que se confunde com a própria posição do PSDB e do governo estadual. Acho estranho, porque um jornal que se diz imparcial assume uma postura contra o Magistério paulista e os educadores, que estão com os seus salários desvalorizados e defasados há muito tempo.

São professores e professoras que trabalham em condições extremamente precarizadas no estado de São Paulo, sendo vítimas da superlotação de salas, da violência nas escolas e de um plano de carreira totalmente defasado e desatualizado, que não garante evolução funcional nem progressão na carreira.

Portanto, é disso que se trata. Se hoje há uma paralisação dos professores da rede estadual, é porque a situação chegou ao seu limite. Os professores da rede estadual não aguentam mais. A falta de investimentos é tão grande e o sucateamento da rede pública é tão profundo que só restou aos servidores da Educação entrar em greve.

Estamos acompanhando todo o movimento de setores da imprensa, os quais estão tentando desqualificar e criminalizar esse movimento dos professores. Não iremos aceitar isso. Nós que acompanhamos a luta do Magistério - até porque somos dessa carreira - não iremos aceitar essa distorção que setores da grande imprensa têm patrocinado. Na verdade, são distorções que interessam muito ao governo estadual e à Secretaria Estadual da Educação.

Gostaria de deixar claro que, até agora, a Secretaria da Educação não negociou com os professores. Eles entraram em greve há duas semanas e não houve negociação. A Secretaria se recusa a negociar e a receber os professores para abrir um canal de discussão e de diálogo em torno da pauta de reivindicações. Muitas delas são essas que citei aqui: fim da superlotação de salas, fim da violência nas escolas, um novo plano de carreira, um plano estadual de Educação e a melhoria salarial. Esta, logicamente, é uma bandeira fundamental, já que o salário de um professor da rede estadual de São Paulo, que é o estado mais rico da Federação, é um dos mais baixos do Brasil. É um paradoxo. Ao mesmo tempo em que temos o maior orçamento estadual de Educação - o orçamento em São Paulo é de 28 bilhões de reais para a Secretaria Estadual de Educação -, na outra ponta temos um dos piores salários do Brasil, do ponto de vista das redes estaduais.

É por tudo isso que os professores estão em greve, marchando pela Avenida Paulista, pela Rua da Consolação e fazendo atos na frente da Secretaria da Educação, fazendo atos regionais. Estamos em uma situação limite.

O PSDB, nesses 20 anos de administração, afundou, destruiu a Educação do estado de São Paulo, assim como destruiu a Saúde Pública e a Segurança Pública. Esta é a questão colocada. Levou até mesmo a uma crise no abastecimento de água. Então, são vários apagões: na Saúde, na Educação, na Segurança Pública e no abastecimento de água também.

Essa é a obra do PSDB no estado de São Paulo. É um partido que destrói e arrebenta o Estado. Na Educação não é diferente: o governo estadual destruiu a carreira do Magistério Estadual. Hoje, temos 50 mil professores contratados na designação de categoria "O", que se refere àquele contrato precarizado de um ano. O professor fica apenas um ano na escola e depois, por conta da não renovação do contrato, por conta da Lei nº 1.093, também do PSDB, aprovada aqui em 2009 pela base de sustentação do Governo - nós votamos contra -, esse professor é afastado durante um ano da escola. Ele tem que trabalhar na feira, no telemarketing, para depois voltar a lecionar. É um verdadeiro absurdo.

Quero manifestar todo o nosso apoio ao movimento dos professores da rede estadual, à greve dos professores. Amanhã haverá uma grande manifestação, uma grande assembleia da Apeoesp no vão livre do Masp e nós estaremos apoiando, como sempre estivemos em todas as manifestações dos professores e servidores da Educação. Faço aqui um apelo aos deputados e às deputadas para que façam gestões em relação ao governo estadual, para que ele receba os representantes dos professores, faça a negociação e atenda às reivindicações dos professores, melhorando salários, acabando com a superlotação de salas, com a violência nas escolas e colocando um novo plano de carreira. É isso que pedimos aos deputados e às deputadas. Façam intervenções junto ao governo estadual para que ele receba e atenda os professores da rede estadual.

Manifestamos todo o nosso apoio e fica aqui o nosso repúdio a esse tipo de editorial da grande imprensa. O editorial "Deseducação pela greve", que critica a greve dos professores, parece mais um comunicado oficial da Secretaria da Educação contra os professores do que um editorial de jornal.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para dizer que estamos felizes com uma decisão importante que foi tomada ontem pelo Supremo Tribunal Federal, obrigando estados, municípios e a União a pagarem os precatórios em um prazo de cinco anos.

Essa é uma questão que já debatemos aqui. No ano passado, montamos aqui uma frente parlamentar em defesa do pagamento dos precatórios alimentares. O estado de São Paulo deve mais de 16 bilhões de reais em precatórios, sobretudo em precatórios alimentares, aos servidores públicos do estado de São Paulo, principalmente para aposentados e pensionistas e muitos deles da área da Educação. A Prefeitura de São Paulo tem uma dívida de mais de 10 bilhões de reais também com precatórios alimentares e essas dívidas não são pagas há muitos anos prejudicando milhões de servidores públicos. Nesse sentido, a decisão do Supremo é muito importante porque vai obrigar principalmente o estado de São Paulo a criar um cronograma de pagamento desses precatórios. Temos servidores públicos que estão esperando há muitos anos. Muitos até já morreram. Os aposentados e pensionistas são os mais prejudicados.

Portanto, queremos parabenizar o Supremo Tribunal Federal por essa decisão importante.

Os precatórios devem ser pagos imediatamente porque são dívidas que os entes federativos têm com a população, sobretudo com os servidores.

Fica aqui nossa homenagem ao STF e vamos continuar pressionando o governo do estado. Temos uma fila imensa no estado de São Paulo de pessoas que trabalharam durante anos e que ainda trabalham no estado, seja nas nossas escolas, nos nossos hospitais públicos, na área da Segurança Pública, que são depositários desses precatórios. Eles entram numa fila. Um absurdo.

Recentemente foi aprovada uma emenda piorando a situação, considerada a emenda constitucional do calote dos precatórios. Nesse julgamento que tivemos ela foi questionada e a decisão foi o pagamento no máximo em cinco anos dos precatórios alimentares. Esta tem sido a nossa grande luta junto com os servidores da ativa, com os aposentados e também com os pensionistas. E vamos cobrar um cronograma no estado de São Paulo. Já que há a decisão do STF, o governo estadual tem de apresentar esse cronograma de pagamento e nós vamos retomar o nosso debate sobre os precatórios alimentares no estado de São Paulo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças solicito o levantamento da sessão.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Antes, porém, de dar por levantados os nossos trabalhos, a Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, e convida V. Exas. para a audiência pública sobre reforma política, pacto federativo e crise hídrica da Câmara Itinerante da Câmara Federal, com a presença de seu presidente Eduardo Cunha, a ser realizada amanhã, às 9 horas, neste plenário.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 08 minutos.

* * *

27 DE MARÇO DE 2015
10ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: JOOJI HATO
Secretário: GILENO GOMES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - GILENO GOMES
Solicita o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.
3 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 30/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Gileno Gomes para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - GILENO GOMES - PSL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 36 minutos.

* * *

30 DE MARÇO DE 2015
11ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CORONEL TELHADA
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL TELHADA
Anuncia visita a Barueri, nesta manhã, a fim de comemorar o 17º Aniversário da Força Tática da Polícia Militar, do 20º Batalhão. Tece considerações sobre as atividades prestadas pela referida instituição. Clama ao governador do Estado que conceda acréscimo à remuneração dos policiais militares. Acrescenta que é favorável à aposentadoria dos policiais militares femininos quando decorridos 25 anos de atividade.
3 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
4 - JOOJI HATO
Traz à baila reflexão a respeito da vida dos animais. Exibe e comenta vídeo sobre agressão a cachorro, ocorrida no Rio de Janeiro. Lamenta o assassinato do advogado Hamilton César de Araújo Melo, ocorrido em Taboão da Serra. Clama pela realização sistemática de blitze do desarmamento.
5 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Tece considerações sobre o desemprego no Brasil. Informa dados estatísticos referentes ao tema. Lamenta a perda de postos de trabalho ocupados, principalmente, por mulheres. Argumenta que a crise econômica afeta, sobremaneira, as classes média e baixa. Manifesta apoio às reivindicações sociais noticiadas recentemente.
6 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
7 - LECI BRANDÃO
Discorre acerca da discriminação racial. Lê e comenta notícia sobre relatório de mortalidade da juventude negra no País, apresentado na OEA - Organização dos Estados Americanos. Mostra-se preocupada com a possibilidade de aprovação da PEC 171/93, que tenciona reduzir a maioridade penal. Afirma que a população negra é vulnerável e carente de perspectiva. Diz que a proposta, se aprovada, deve isentar o Estado do compromisso com a juventude. Destaca a corrupção como a maior mazela social.
8 - CARLOS GIANNAZI
Declara apoio às manifestações dos professores da rede estadual, em greve desde o dia 13 de março. Afirma ser imperativa a valorização da categoria, mormente da classe "O". Aduz que a LC 1093/09 causa sérios transtornos para a Educação. Critica a prática da duzentena, que consiste na inatividade dos professores por 200 dias após o término do contrato anual. Clama ao governador Geraldo Alckmin que revogue ou adeque a citada lei, em benefício dos profissionais prejudicados.